

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXV

FLORIANÓPOLIS, 20 DE JANEIRO DE 2016

NÚMERO 6.944

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVAÇÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador em exercício: Nereu Bahia Spinola Bittencourt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXV NESTA EDIÇÃO: 8 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 052ª Sessão Especial realizada em 1º/12/2015..... 2</p> <p>Publicações Diversas Lei Complementar..... 7</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 052ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2015, EM COMEMORAÇÃO AOS 15 ANOS DA ESCOLA DO LEGISLATIVO DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor secretário de estado da Casa Civil, Nelson Antônio Serpa, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador do estado, Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor presidente da Escola do Legislativo de Santa Catarina, deputado estadual Romildo Titon;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Mauro de Nadal;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Rodrigo Minotto;

Senhor ex-presidente desta Casa e ex-presidente da Escola do Legislativo, ex-deputado Joares Ponticelli;

(Palmas)

Senhor ex-presidente desta Casa e ex-deputado Gilmar Knaesel;

(Palmas)

Senhor coordenador da Escola do Legislativo de Santa Catarina, Antoninho Tiburcio Gonçalves, o Toninho;

(Palmas)

Senhor Florian Augusto Coutinho Madruga, diretor da Gráfica do Senado Federal e presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual José Milton Scheffer;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Mário Marcondes.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão em homenagem à Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, pela passagem dos seus 15 anos de criação, foi convocada por solicitação da Mesa, a pedido do sr. deputado Romildo Titon, presidente da Escola homenageada, e aprovada por unanimidade pelos demais deputados.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Gostaria de agradecer e registrar a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça no período de 1994 a 1995, desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira;

Senhor coordenador do programa SOS Desaparecidos, major Marcos Roberto Claudino;

Excelentíssimo senhor prefeito municipal em exercício de Rancho Queimado, Isac Diniz;

Senhora vereadora do município de Criciúma, Tati Teixeira;

Senhor vereador do município de Joinville, Manoel Bento;

Senhor subtenente da Polícia Militar, Sidnei Luiz Lisboa;

Senhora presidente do Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos - Icespe -, professora Zuleika Mussi Lenzi;

Senhora gestora do Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento da Escola do Legislativo, Janete Brigida Biela;

Senhor professor coordenador do Programa de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Yan Carreirão;

Senhor professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Jacques Mick.

Prezadas autoridades, senhoras e senhores, é praxe nesta Casa que o deputado proponente presida a sessão. Por isso mesmo, tão logo as minhas breves palavras, passarei a Presidência ao deputado Romildo Titon, que é ex-presidente desta Casa e também presidente da Escola do Legislativo.

Mas fiz questão de estar presente nesta noite para trazer um abraço aos ex-presidentes, na pessoa dos ex-deputados Gilmar Knaesel e Joares Ponticelli, e reconhecer a importância que a Escola tem na formação de líderes em Santa Catarina, contribuindo com o processo democrático que se faz no dia a dia em nosso estado, e que nos permite, ao final, termos um estado diferente, porque é feito por pessoas preocupadas em evoluir, aprender e produzir. E a Escola do Legislativo é um campo muito fértil para que essas ideias tenham sequência, para que esse debate se construa e para que possamos ter uma integração efetiva e cada vez maior com a nossa sociedade.

Por isso, parabéns pelo trabalho feito pelos colaboradores da Escola, muito bem liderados pelo deputado Romildo Titon. E o compromisso desta Casa, como foi com o ex-deputado Joares Ponticelli, o ex-deputado Gilmar Knaesel e como será com todos os presidentes, é dar suporte absoluto a todos aqueles que por lá passaram.

Destaco também a presença do ex-deputado Dentinho, que foi e continua sendo sempre um grande deputado desta Casa.

Quero agradecer a presença de todos e pedir que o secretário da Casa Civil, Nelson Antônio Serpa, leve ao governador a relação que a nossa Escola e a nossa Casa querem ter com os órgãos de governo: todos sempre integrados e irmanados em produzir o melhor para Santa Catarina.

Sucesso na sessão e muito obrigado a todos!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - A seguir, teremos apresentação de um vídeo sobre a trajetória da Escola do Legislativo ao longo desses 15 anos.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

Neste momento, convido o mestre-de-cerimônias, Marcos Roberto Pereira, para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta uma homenagem à Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira pela passagem dos seus 15 anos de criação, contribuindo para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, fortalecendo a sua relação com a sociedade e propiciando formação política e educação para os cidadãos catarinenses.

Convido o sr. deputado Romildo Titon para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, coordenador da Escola, neste ato representando a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Wilson Vieira, ex-deputado estadual e presidente da Escola do Legislativo no período de 2003/2004.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Gilmar Knaesel, ex-deputado estadual e presidente da Escola do Legislativo no período de 2001/2002.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Joares Ponticelli, ex-deputado estadual e presidente da Escola do Legislativo no período de 2007/2012.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo, diretora na gestão 2000/2006 e coordenadora na gestão 2006 a janeiro de 2015.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Luciano de Carvalho Oliveira, assessor de coordenação do ano de 2011 a novembro de 2015.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina tem a grata satisfação de promover o lançamento do livro sobre o censo legislativo municipal de Santa Catarina, com o título *Por Dentro das Câmaras: O Perfil de Vereadores, Servidores e do Legislativo Municipal de Santa Catarina*.

Convido o deputado Romildo Titon para fazer a entrega do livro para o professor Yan Carreirão, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

O livro, com o título *Por Dentro das Câmaras: O Perfil de Vereadores, Servidores e do Legislativo Municipal de Santa Catarina*, é resultado do primeiro censo do Legislativo Municipal catarinense, realizado entre os anos de 2013 e 2014, por iniciativa da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, em parceria com o programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Nesse material é possível identificar a que partidos políticos os vereadores pertencem, em que espectro político eles se encaixam, como veem o papel do Legislativo, os seus perfis socioeconômicos e as suas opiniões políticas sobre assuntos que dizem respeito ao seu papel e à sociedade.

(Procede-se à entrega do livro.)

(Palmas)

Agradeço ao sr. deputado Romildo Titon.

Neste momento, o coral da Assembleia Legislativa brindará a todos com a música *Eu quero apenas*, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos.

(Procede-se à apresentação da música.)

(Palmas)

Também seria homenageado nesta noite o sr. Celestino Roque Secco, ex-deputado

estadual e presidente da Escola do Legislativo no período 2005 e 2006.

Ao término da sessão especial, o livro será entregue no *hall* deste Poder.

Muito obrigado e boa-noite!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda em tempo, quero registrar a presença do ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-prefeito de Joinville Carlito Merss. Seja bem-vindo!

Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o sempre deputado Gilmar Knaesel, que foi o fundador da Escola do Legislativo.

O SR. EX-DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quero saudar o sr. presidente, deputado Romildo Titon, que preside esta sessão especial e é presidente da Escola do Legislativo de Santa Catarina e proponente desta sessão especial; o secretário da Casa Civil, Nelson Antônio Serpa, neste ato representando o excelentíssimo governador do estado, Raimundo Colombo; o deputado Mário Marcondes, quarto-secretário da Assembleia Legislativa; o deputado Rodrigo Minotto; o deputado José Milton Scheffer; o ex-presidente desta Casa e ex-presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli; o coordenador da Escola do Legislativo de Santa Catarina, Antoninho Tiburcio Gonçalves, o Toninho; o ex-presidente e ex-deputado Dentinho, que nos orgulha pelo seu esforço de estar aqui nesta sessão com seus familiares.

Saúdo, de forma especial, todas as senhoras presentes, através da professora Zuleika Lenzi, ex-presidente da Fundação Catarinense de Cultura, e da vereadora do município de Criciúma, Tati Teixeira, que representa as inúmeras Escolas dos Legislativos Municipais em Santa Catarina.

Quero também fazer uma saudação especial ao ex-deputado Carlito Merss, que foi autor da emenda constitucional do Orçamento Regionalizado, que hoje é ainda uma das peças mais importantes da democracia participativa desta Assembleia.

Saúdo também uma testemunha ocular que esteve aqui no dia do lançamento da Escola do Legislativo, como presidente do Tribunal de Justiça, e hoje está aqui novamente nos festejos dos 15 anos da Escola do Legislativo, o desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, um amigo particular que sempre prestigia as boas coisas da Assembleia Legislativa.

Ainda quero saudar o coral desta Casa, que há 15 anos brilham nas sessões especiais e solenes desta Casa e também merece uma data comemorativa para celebrar a sua parceria com este Poder.

Senhoras e senhores, inicialmente, quero agradecer a escolha do meu nome para falar neste momento em comemoração aos 15 anos da Escola do Legislativo Lício Mauro da Silveira. Para mim é uma honra e muita responsabilidade, uma vez que a Escola, nestes 15 anos, teve vários presidentes e todos gostariam de ter a oportunidade de falar, porque cada um, em seu tempo, trabalhou para a consolidação da nossa Escola nesse modelo que serve de referência para outras Escolas Legislativas do país e, especialmente, para as Escolas das Câmaras de Vereadores.

Portanto, agradeço aos ex-presidentes pela deferência da escolha do meu nome.

Para entendermos um pouco sobre a Escola, é preciso voltar no tempo. Precisamos voltar a 1999, quando fui eleito presidente pela maioria dos pares desta Casa. Então, fizemos um planejamento estratégico para aquele

momento difícil que passavam as finanças públicas do estado - e o desembargador conviveu conosco essas angústias -, já que havia no Poder Executivo um atraso salarial de três salários aos servidores públicos estaduais. E nós, chefes de Poder, fizemos uma parceria com o Executivo - e o secretário Serpa já estava na Procuradoria Geral do Estado, se não me engano - no sentido de que os Poderes apenas tivessem os recursos necessários para a sua manutenção e não fossem realizados grandes investimentos naquele momento.

Mas dentro do planejamento estratégico, quisemos ouvir os servidores e foi feito um censo, liderado pelos setores de Saúde e de Treinamento da Casa, para ouvir as angústias e saber também quais eram os sonhos dos servidores. O destaque do censo foi que muitos servidores gostariam de aperfeiçoar o seu trabalho, de fazer cursos de aperfeiçoamento, de melhorar a sua qualificação educacional, já que muitos tinham parado os estudos em algum estágio por necessidade. Percebemos que os servidores queriam que a Casa tivesse um olhar para o lado educacional. Foi aí que surgiu a oportunidade da emenda constitucional que abria uma brecha para a criação das Escolas do Legislativo.

Então, com a ajuda da diretora da Casa, professora Maria Helena Diniz, considerada por muitas pessoas a nossa dama de ferro, uma servidora com visão estratégica e dedicação exemplar, juntamente com outros servidores, procuramos o primeiro modelo de Escola do Legislativo do Brasil, que foi a Escola da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Do contato que foi feito, surgiram as primeiras necessidades: quem vai coordenar a Escola? E tivemos a felicidade da indicação de uma professora, uma pedagoga que tinha a experiência em gestão educacional. Trouxemos, então, para a Assembleia Legislativa, cedida pela prefeitura municipal de Florianópolis, a Carla, que trabalhava numa mesinha na Presidência e que, juntamente com alguns servidores, colocou em prática a nossa Escola.

Os primeiros momentos foram de conversas e pesquisas. Houve a visita também à Escola de Pernambuco. E no dia 19 de junho de 1998, aproveitando a brecha na redação da emenda constitucional, lançamos a Escola do Legislativo catarinense. Para fazer o lançamento oficial, realizamos nos dias 6 e 7 de dezembro de 2000 o primeiro seminário da Escola do Legislativo. Naquela época, a Escola estava ainda em fase de estruturação e contava com a diretora e uma funcionária terceirizada, a Vanessa Camargo, que permaneceu na Escola até 2006, além da estrutura da Secretaria-Geral da Presidência, onde fisicamente a Escola começou, e com as diretrizes traçadas naquele planejamento estratégico.

Em fevereiro de 2001, a Escola realizou o seu segundo seminário, com o tema Administração Pública Responsável, contando com o apoio dos servidores da extinta seção de Treinamento, que a partir da edição da Resolução n. 0202/2001 foram lotados na Escola do Legislativo. Muitos outros seminários com abrangência estadual foram realizados depois, anualmente.

A sua primeira estrutura funcional, já extinta, foi assim distribuída: um presidente, uma diretora, uma coordenadora pedagógica, uma coordenadora administrativa, um coordenador de ensino a distância e Conselho Escolar.

A Escola do Legislativo sofreu algumas mudanças de estrutura ao longo

desses anos, mas ampliou significativamente o quadro de servidores e em algum momento da história também, qualitativamente, a sua estrutura física, seus projetos, seu fazer pedagógico. Foi exemplo para muitas Escolas criadas a partir de 2001, inclusive com a fundamentação e estruturação, que instituiu a função de um parlamentar como seu presidente.

A seguir, enumerarei os principais programas e projetos implementados nesses 15 anos.

No meu primeiro mandato como presidente foram criados: o Ciclo dos Debates do Legislativo Municipal; seminários estaduais para vereadores e servidores; convênio com a secretaria de estado da Educação para o supletivo, que funcionou nesta Casa, de ensino fundamental e de ensino médio para que os servidores e funcionários pudessem concluir os seus estudos - e devemos isso a uma parceria com a secretaria da Educação, naquela época -; cursos aos servidores da Alesc e de Câmaras Municipais; convênios com diversas instituições e universidades para incentivar os servidores a continuarem os seus estudos de graduação e pós-graduação; planejamento estratégico da Escola do Legislativo, que se tornou uma prática anual desde 2001.

Saliento que muitos servidores conseguiram concluir o seu curso superior, a sua pós-graduação e até o doutorado graças a essa parceria, que depois foi buscada com as universidades, que faziam convênios com a Assembleia Legislativa para que pudessemos, então, levar os nossos servidores a galgarem um curso superior ou uma pós-graduação.

Na segunda gestão do eminente deputado Dentinho, 2003/2004, houve a criação do PAB - Programa Antonieta de Barros -, que, inicialmente, foi um projeto da Escola do Legislativo e em 2004 foi instituída uma estrutura própria, contando apenas com o apoio pedagógico da Escola do Legislativo a partir dali.

Essa iniciativa do deputado Dentinho, na época, está presente até hoje na Casa, dando oportunidade a inúmeros jovens, que jamais teriam a chance de pisar na Assembleia Legislativa, de ter os seus primeiros passos como cidadãos, eu diria. Queremos registrar isso como uma grande marca da gestão do deputado Dentinho.

Além disso, houve a criação do curso pré-vestibular para servidores, funcionários e estagiários; a instituição do projeto político-pedagógico da Escola do Legislativo; e o lançamento da *Revista da Escola do Legislativo*, Ano Um, a primeira edição da nossa revista.

Na terceira gestão, 2005-2006, sob a Presidência do ex-deputado Celestino Secco, que aqui não pôde estar, mas também teve uma importância fundamental no crescimento e fortalecimento da Escola, podemos citar: Ato da Mesa n. 1.118, de 16 de agosto de 2005, que instituiu o Concurso Prêmio Escola do Legislativo; Resolução n. 08/2006, que tratou da coleta seletiva de lixo, sendo responsável a Coordenadoria de Serviços Gerais, em parceria com a Escola do Legislativo, em campanhas educativas; Resolução n. 11/2006, que instituiu o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz; Resolução n. 12/2006, que instituiu o Prêmio Virgílio Várzea de Literatura; Resolução n. 03/2005, que instituiu o Parlamento Jovem Catarinense, proposição da deputada Ana Paula Lima; Resolução n. 08/2005, que instituiu o Programa Conhecendo o Parlamento Catarinense; interiorização sistemática de ações da Escola do Legislativo em parceria com as Associações das Câmaras Municipais;

projeto de primeira edição do Curso de Formação Política, MBA em Auditoria Pública, e MBA em Ciência Política, ministrados pela Univali por processo licitatório; Programa Fala Jovem, em parceria com a TVAl; ampliação das instalações físicas da Escola do Legislativo; parcerias com instituições e organizações; sediou o 8º Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas - Abel -, e está aqui o nosso presidente, muitas vezes citado pela Carla como uma das grandes referências, e o seu trabalho de parceria com a Assembleia Legislativa, especialmente com a nossa Escola, merece um registro; da mesma forma, cursos presenciais e cursos a distância em parceria com a Interlegis.

Nos anos de 2007-2012, o presidente que mais tempo esteve à frente da Escola, o ex-deputado e ex-presidente Joares Ponticelli, foi responsável pela Resolução n. 04/2009 - além de dar sequência a todos os programas que já foram instituídos -, criando a Semana de Educação para a Cidadania; a Resolução n. 03/2007, que criou o programa permanente de pesquisa, assessoria e certificação a estudantes universitários participantes das audiências públicas e reuniões das comissões permanentes. Vejam que detalhe importante: chamar os universitários para dentro das nossas audiências públicas e das reuniões das comissões temáticas, no sentido de conhecerem e valorizarem, estimulando a participação dos universitários.

Também criou a Lei n. 14.651, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a instituição do Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária nas escolas públicas e privadas do estado de Santa Catarina. Esse foi outro processo importante na gestão do mandato do deputado Joares Ponticelli.

Sediou também o 7º Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas - Abel; criou a Resolução n. 05/2010, que instituiu o Programa de Formação de Vereadores Mirins no Estado de Santa Catarina; a Lei n. 15.400, que instituiu o Dia Estadual de Democracia; a Resolução n. 06/2011, que dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembleia Legislativa, do Subprograma Estágio Visita; a Resolução n. 54/2010, do Conselho Estadual de Educação - a Escola foi autorizada a promover e certificar o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Poder Legislativo e Cidadania; o Projeto Educação para a Cidadania - Construindo um Novo Olhar; a Resolução n. 06/2010 - denominação da Escola do Legislativo de Santa Catarina em Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira. E todos que conheceram o deputado Lício Mauro da Silveira sabem da sua origem e que ele também foi professor. Portanto, nada mais justo do que esta homenagem a este grande amigo e parlamentar.

(Palmas)

Em 2003-2014, sob a Presidência do deputado Gelson Merisio, deu-se início ao Censo do Legislativo Municipal de Santa Catarina, em parceria com a UFSC; em 2013, Projeto Memória Política de Santa Catarina, em parceria com a UFSC e Udesc; Caravana de Educação para a Cidadania; continuidade de ações e práticas já existentes, dando sequência a todos esses programas.

Atualmente, o deputado Romildo Titon, que está há menos de um ano na Presidência, deixa a sua grande marca, inicialmente, no novo espaço da Escola. Realmente era necessário um novo espaço físico e todos sabem como, hoje, a Escola está

bem equipada e bem instalada para dar continuidade ao seu trabalho.

Então, parabéns ao nobre deputado Romildo Titon, presidente, que dará continuidade também a todos esses programas, e muitas coisas com certeza ainda haverão de acontecer sob a sua gestão, e especialmente esta sessão especial.

Sei que lembrar de nomes é sempre perigoso, pois acabamos esquecendo de algum. Mas tenho que fazer referência a alguns servidores que tiveram um destaque e fizeram com que a Escola pudesse chegar a este estágio.

Inicialmente, em 2001, como já falei, no início dos trabalhos, com a Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo, juntamente com a Vanessa Camargo, a Carla Fabiana Faria dos Santos e a Maria Cecília Seminotti Oliveira, que foram os primeiros servidores da nossa Escola.

Depois os servidores da Sessão de Treinamento acabaram sendo transferidos para a Escola do Legislativo: Marcos Aurélio Gungel, Gicela de Aguiar Santana e Mabel dos Santos Silva.

Também servidores fundamentais nessa caminhada: Valéria Zacaron; Vera Regina Simão Rzatki; Deise Fátima Menezes; Maria Emília Borba Silveira, a Mila; Rafael Pedro Mariotto; e Luciano Carvalho, que hoje está recebendo a sua homenagem.

Sei que acabei esquecendo de alguns servidores importantes que também contribuíram, e em nome destes que citei faço menção a todos eles.

Mas todos esses projetos só puderam acontecer pela integração existente na Casa, a começar pela Mesa Diretora. E todos os presidentes da Casa durante este período deram a oportunidade para que a Escola pudesse avançar. Então, a Mesa Diretoria, através do presidente e de todos os membros, teve um papel importante.

Da mesma forma, os ex-presidentes aqui já citados atuaram intermediando servidores e Mesa Diretora, fazendo essa junção de forças. E tudo isso não teria acontecido se não fossem os servidores efetivos, comissionados e terceirizados, que no dia a dia prestaram o seu serviço, a sua força, a sua energia e o seu conhecimento para que tivéssemos, hoje, esta Escola.

É claro que já fiz uma deferência especial a Maria Helena Diniz, mas agora faço, mais uma vez, a Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo, pela sua dedicação e pelo seu conhecimento, mas, acima de tudo, por ser uma pessoa responsável que, no tempo em que esteve na coordenação, dedicou-se para que a Escola pudesse atingir o seu nível.

Mas, terminando o meu pronunciamento, quero dizer que a valorização do Parlamento deve ser assegurada num trinômio: o passado, o presente e o futuro. O pretérito está representado aqui na Casa pelo nosso Centro da Memória, que hoje guarda a história desta instituição, mas, acima de tudo, a história política de Santa Catarina. O nosso Centro da Memória representa o nosso passado, e hoje também representa, dentro desse trinômio, o nosso presente e o nosso futuro.

Da mesma forma, o presente está na aproximação com o povo. Cada vez mais, ex-deputado Carlito Merz, a democracia participativa é necessária, assim como a aproximação com o povo, que é o verdadeiro detentor do poder, e para a qual são imprescindíveis as nossas mídias: a TVAL e a Rádio Alesc Digital. A nossa TVAL agora já está em canal aberto, cada vez crescendo mais e

aproximando o Parlamento da sociedade catarinense, e a nossa Rádio Alesc Digital é a pioneira em nível de Brasil e que hoje está praticamente presente em todas as Assembleias Legislativas.

E o futuro, sr. presidente, deputado Romildo Titon, está na educação, e esta é a atribuição da nossa Escola do Legislativo, assegurando que haverá tradição das nossas experiências para as futuras gerações de parlamentares. Acho que este é o verdadeiro foco da nossa Escola do Legislativo.

Por isso, quero terminar a minha fala dando os parabéns a todos que contribuíram com a Escola, desejando que venham os próximos 15 anos. E vamos sonhar juntos - e tenho certeza de que esse é o sonho de todos que já passaram por lá - que a nossa Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira ainda se transforme numa universidade!

Um abraço a todos e muito obrigado!
(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado ao sempre deputado Gilmar Knaesel.

Convido para fazer uso da palavra o coordenador da Escola, sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves.

O SR. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES - Sr. presidente, senhoras e senhores, boa-noite! É uma alegria imensa estar participando deste momento ímpar para a Escola do Legislativo.

Ao cumprimentar o deputado Romildo Titon, presidente da Escola do Legislativo, permitam-me cumprimentar os seus pares: deputado Mário Marcondes, deputado José Milton Scheffer e deputado Rodrigo Minotto.

Quero cumprimentar o presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, sr. Florian Augusto Coutinho Madruga; o ilustre secretário da Casa Civil, dr. Nelson Antônio Serpa; e com muito carinho e respeito os homenageados desta noite, na pessoa do sempre presidente Gilmar Knaesel, sempre presidente Joares Ponticelli e sempre presidente Dentinho.

Prezados servidores e servidoras, eu recebi a placa de homenagem à Escola do Legislativo pelos seus 15 anos de implantação, e divido-a com vocês: "Dai honra a quem tem honra". Esses 15 anos da Escola do Legislativo é uma construção do trabalho dos servidores, dos srs. presidentes que passaram pela Escola e também da coordenação. E, inclusive, quero cumprimentar a coordenadora que exerceu o cargo até dias atrás.

Sr. presidente, exercer o cargo de coordenador da Escola do Legislativo é exercer uma função de confiança. E quando se fala em confiança, significa em quem confio. Por isso, sinto-me, extremamente honrado e feliz por gozar da sua confiança, por estar laborando e aprendendo na Escola do Legislativo, e por estar construindo um projeto bonito, do qual eu me orgulho muito.

No próximo ano, a Escola do Legislativo trabalhará com outras frentes também, como acessibilidade, combate à discriminação e à xenofobia e curso a distância, através das ferramentas eletrônicas. E também dará continuidade aos seminários e cursos presenciais.

Nesses últimos cinco anos, sr. presidente, a Escola do Legislativo já certificou 105.579 pessoas que participaram dos cursos realizados, quer seja na área profissional, com o aperfeiçoamento dos servidores desta Casa, quer seja nos seminários propostos pelos srs. deputados, através das comissões, aos

agentes públicos e políticos; ou quer seja através da educação para a cidadania, propondo a formação de novas lideranças para o estado de Santa Catarina.

Então, divido com todos a alegria de estar comemorando este momento. E quero enfatizar que a educação é o único mecanismo para promovermos o desenvolvimento social e sustentável.

Ao finalizar a minha fala, registro os meus cumprimentos a todas as autoridades já nominadas. Sintam-se todos cumprimentados! Que Deus abençoe a todos nós e que nos próximos anos, assim como foi cantado e encantado pelo coral, a Escola do Legislativo possa encantar com muitos outros cursos, capacitando e incluindo as pessoas.

Finalizando, cito Paulo Freire, que diz: "Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo". Vamos construir juntos um mundo melhor através da educação. Que Deus abençoe a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Obrigado, Toninho!

Nós gostaríamos que esta figura ilustre que veio de Brasília participar conosco da homenagem, o sr. Florian Augusto Coutinho Madruga, presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, também deixasse a sua mensagem.

O SR. FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA - Excelentíssimo sr. deputado Romildo Titon, presidente desta sessão e da Escola do Legislativo desta Assembleia, em nome de v.exa., cumprimento os componentes da mesa desta sessão especial, assim como também todos os demais deputados, a vereadora Tati Teixeira, as autoridades, os jornalistas e, principalmente, os meus colegas servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. E digo meus colegas porque também sou servidor de uma Casa Legislativa. Não se espantem, mas trabalho no Senado Federal há 42 anos.

E dizendo que trabalho no Senado há 42 anos, permitam-me fazer aqui uma declaração de amor ao Poder Legislativo. Estou lá porque acredito e confio no Poder Legislativo. Eu tenho certeza absoluta de que este país está fadado a ser uma grande nação porque tem um Poder Legislativo forte, atuante, sério, competente e transparente.

Trabalho no Senado Federal com prazer e por uma razão muito simples, sr. presidente: porque o Senado, nesses 42 anos, investi na minha carreira profissional de servidor, principalmente depois que o Senado Federal criou a sua Escola do Legislativo, que é o Instituto Legislativo Brasileiro, e a Universidade do Legislativo Brasileiro. Foi lá que construí a minha carreira profissional e por isso devo tudo isso ao Senado Federal. E enquanto eu puder oferecer alguma coisa ao Senado, estarei participando das suas atividades como presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas.

Mas também gostaria de fazer uma segunda declaração de amor a esta terra, porque já vim tantas vezes a Santa Catarina e a esta cidade fantástica que possui um nome semelhante ao meu, pois ela se chama Florianópolis e eu me chamo Florian. Acho que há uma relação íntima entre a cidade e a minha pessoa.

Então, neste plenário da Assembleia, quero fazer esta declaração de amor à terra de Santa Catarina.

Mas, sr. presidente, vou dar apenas um depoimento, porque já foi falado tudo sobre a Escola do Legislativo. O seu fundador falou muito bem sobre a trajetória da Escola nesses 15 anos. Mas eu quero dizer que abracei essa missão de educação legislativa exatamente há 12 anos, quando criamos, em Brasília, a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas. E realmente àquela época somente existiam quatro Escolas do Legislativo: a de Minas Gerais, a de Pernambuco, a de Santa Catarina e a do Rio Grande do Sul. Inclusive, na sessão em que foi criada Abel, no Senado Federal, no Instituto Legislativo Brasileiro, a Carla se fez presente representando a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Pois bem, nesses 12 anos, de quatro Escolas do Legislativo, deputado, hoje são 118 em todo o Brasil. Nós temos Escolas no Congresso Nacional, no Senado e Câmara dos Deputados, no Tribunal de Contas da União, em todas as 26 Assembleias Legislativas Estaduais, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos Tribunais de Contas de todo o país e hoje em mais de 50 Câmaras Municipais. Aquele trabalho que o senhor falou no seu discurso da criação da Escola de Santa Catarina tem frutificado por todo o país.

A Escola do Legislativo, como bem frisou v.exa., é derivada de uma determinação da Constituição Federal, o art. 39, § 2º, que o constituinte colocou lá: Escolas de governo no Executivo, Legislativo e Judiciário, com a finalidade de capacitar os servidores públicos municipais, estaduais e federais. E também com a finalidade de profissionalizar a administração pública brasileira. Esta é a finalidade principal da existência de uma Escola do Legislativo.

Mas o depoimento que eu quero fazer, sr. presidente, é de que a Escola do Legislativo, hoje, não se limita a trabalhar intramuros, dentro da Casa Legislativa, cumprindo a sua missão constitucional. Mas foi aqui em Santa Catarina, inspirada nessa Escola do Legislativo da Assembleia de Santa Catarina, que surgiu um segundo viés que a Abel abraçou e levou para o país todo, que é a Escola de Cidadania.

Foi aqui, em Santa Catarina, que a Escola do Legislativo da sua Assembleia se abriu para os cidadãos, trazendo para dentro da Assembleia Legislativa os estudantes, os professores, os líderes comunitários, os cidadãos de uma forma em geral. Pela gama de custos que v.exa. citou aqui, todos eles voltados para a comunidade e para o cidadão catarinense, transformamos isso para o país inteiro. E hoje essas 118 Escolas do Legislativo e de Contas existentes no Brasil têm o seu viés da cidadania. São Escolas de Cidadania inspiradas no que se faz em Santa Catarina.

Era este o depoimento que eu queria dar aqui, homenageando esta criatura fantástica, que é a Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo, que foi vice-presidente da Abel, diretora regional da Abel e secretária-geral da Abel. E ela só não foi presidente porque não quis. Eu queria que ela fosse presidente da Associação e ela não quis ser porque queria se dedicar à Escola da Assembleia.

Portanto, neste momento, rendo as homenagens a você, Carla, porque acompanhei toda a sua trajetória. E hoje, se possuímos 118 Escolas do Legislativo e de Contas no país, boa parte dessa responsabilidade cabe a você e a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Então, nessa comemoração desses 15 anos da Escola, eu não poderia deixar de estar aqui presente, porque para mim é motivo de honra, de inspiração e de motivação para que eu continue nessa caminhada pela Escola.

Foi por isso que trouxe de Brasília, e entreguei a v.exa. hoje, no início da solenidade - e gostaria que, por suas mãos, chegasse ao presidente da Assembleia -, um exemplar da Constituição Federal, porque foi aqui que iniciaram as Escolas dos Legislativos de todo o país. É aqui, nas páginas da Constituição, que está o mandamento do art. 39, § 2º, de se criar Escolas em todo o país nas Casas Legislativas.

Eu gostaria que v.exa. fizesse chegar às mãos do presidente um exemplar da Constituição Federal impresso na gráfica do Senado, da qual eu sou diretor.

Encerro a minha fala com um verso de um poeta, Fernando Pessoa. E muitos dizem que é o maior poeta da língua portuguesa, e acho que é. Há um poema dele que se encaixa muito bem com o que acontece em Santa Catarina, na Assembleia. O poema chama-se *Mar Português*, e ele o dedica aos grandes desbravadores de Portugal dos séculos XV e XVI. Ele diz, num dos versos, que tudo vale a pena quando a alma não é pequena. Eu percebo, claramente, sr. presidente, que a alma dessa Escola do Legislativo é imensa, é maior que o Brasil, é uma Escola voltada para o mundo todo.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Queremos agradecer ao presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, que nos deu a honra de estar aqui conosco nesta noite.

Muito obrigado pelo presente que trouxe ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio! Ele será entregue no dia de amanhã. Muito obrigado, pela sua presença!

Na qualidade de presidente da Escola, vou me pronunciar em rápidas palavras, porque muitos já falaram sobre ela, como o ex-deputado Gilmar Knaesel, que foi o primeiro presidente; o Antoninho Tiburcio Gonçalves, que falou como coordenador.

Mas eu não poderia deixar de falar sobre o seu nome, Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, que foi uma homenagem a um parlamentar que deixou um legado e um aprendizado muito grande dos anos que conviveu conosco na Casa. E esta Assembleia Legislativa foi muito feliz quando deu à Escola o nome de Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, e fizemos questão de relembra-lo.

Também devemos dizer que solicitamos a realização desta sessão especial com o intuito de compartilhar esses 15 anos de existência da Escola com todos aqueles que ajudaram a construir essa história desde o início, o meio e até o presente. E cito o ex-deputado Gilmar Knaesel, o primeiro presidente, que é um eterno apaixonado pela Escola; o ex-deputado Dentinho - e queremos justificar por que ele não fez parte da mesa: para poupá-lo da dificuldade que tem de locomoção, senão estaria aqui conosco também, como ex-presidente, e foi homenageado também -; o ex-deputado Joares Ponticelli, que ficou por longos anos como presidente e contribuiu para a construção dessa história; o ex-deputado Celestino Secco, que não pôde estar presente no dia de hoje, mas também deu a sua grande contribuição

como presidente; e o deputado Gelson Merisio. Alguém pode ter estranhado o fato de nós não termos homenageado o presidente, deputado Gelson Merisio, mas é regra nesta Casa não se entregar nenhum tipo de premiação ao presidente deste Poder Legislativo. Por isso que ele não foi homenageado aqui, hoje, e ele assim preferiu para não quebrar a regra da Casa.

Quero também agradecer aos coordenadores, na pessoa da Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo, que aqui foi muito citada pelo grande trabalho que desempenhou frente à Escola; e do Toninho, que é o nosso coordenador atual e está fazendo grande trabalho.

Gostaria de dividir também essa comemoração dos 15 anos com todos os funcionários, aqueles que estão desde o início, aqueles que entraram depois, sejam funcionários de carreira, funcionários cedidos de outros órgãos, ou os terceirizados, Enfim, agradeço a todos aqueles que ajudaram, e ajudam, no dia a dia para manter acessa essa chama da Escola que ao longo dos anos foi criada.

Agradeço a presença das autoridades aqui presentes, na pessoa dos deputados Rodrigo Minotto, Mário Marcondes, José Milton Scheffer e Mauro de Nadal. Muito obrigado por estarem aqui prestigiando a Escola que é um braço da Assembleia Legislativa!

Meus agradecimentos ao meu conterrâneo, e que nos ajuda a ficar em maioria, na mesa, da república de Campos Novos, o nosso amigo Nelson Antônio Serpa. Somando eu, o Serpa e o Toninho, já dá a república de Campos Novos na mesa aqui composta.

Devo agradecer também, de coração, à Universidade Federal de Santa Catarina, pela parceria que fizemos - e aqui, recentemente, foi lançado o livro dos Poderes Legislativos. Enfim, agradeço a todos aqueles órgãos que foram parceiros. A Escola trabalha conjuntamente com os 40 parlamentares, especialmente com todas as comissões da Casa, que promovem debates, e ela é parceira nesse sentido.

Muito obrigado ao Coral da Assembleia Legislativa, que participa conosco da sessão.

Enfim, agradeço a todos que vieram nos prestigiar nesta noite. Muito obrigado aos senhores, as senhoras e aos jovens que participam conosco, e da mesma forma agradeço a todos aqueles que estão-nos assistindo através da TVAL e escutando-nos pela Rádio Alesc Digital.

Muito obrigado e deixamos aqui o nosso reconhecimento a todos aqueles que ajudaram a construir essa história.

A Presidência agradece a presença das autoridades e de todos que nos horaram com o seu comparecimento nesta noite, e informa que ao final desta sessão serão distribuídos exemplares do livro *Por dentro das Câmaras: o perfil de vereadores, servidores e do Legislativo Municipal de Santa Catarina*.

Antes do encerramento, teremos a interpretação do hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 672, DE 19 DE JANEIRO DE 2016

Altera a Resolução nº 001, de 2006, que dispõe sobre a organização administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), e a Resolução nº 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da ALESC, ambas convalidadas pela Lei Complementar nº 642, de 2015, para o fim de instituir a Controladoria-Geral da ALESC e estabelecer outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 54, § 3º da Constituição do Estado, promulga a presente Lei Complementar:

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

 II -

 c) Controladoria-Geral
 ” (NR)

Art. 2º O art. 7º da Resolução nº 001, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º A Procuradoria da Assembleia Legislativa subdivide-se em Jurídica e Legislativa.

§ 1º As atividades das Procuradorias Jurídica e Legislativa serão coordenadas pelo Procurador-Geral e, nos casos de seu afastamento legal ou impedimento, pelo Procurador-Geral Adjunto.

..... ” (NR)

Art. 3º Ficam incluídos os arts. 10-B, 10-C e 10-D à Resolução nº 001, de 2006, com a seguinte redação:

“Art. 10-B. A Controladoria-Geral compete supervisionar e monitorar a implementação das atividades de controle interno, auditoria e correição.

§ 1º A função de controle interno objetiva o controle das atividades desenvolvidas diariamente no âmbito da ALESC, com vistas a assegurar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos e à avaliação dos resultados obtidos pela administração, nos termos dos art. 74 da Constituição Federal e art. 62 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

§ 2º A função de auditoria tem como objetivo o assessoramento à gestão e a avaliação dos controles internos dos setores, voltada ao exame da integridade, adequação e eficácia dos atos administrativos.

§ 3º A função de corregedoria visa à apuração de possíveis irregularidades cometidas por servidores públicos e à aplicação das devidas penalidades.

§ 4º São atribuições da Controladoria-Geral:

I - estabelecer diretrizes, normas e procedimentos de controle interno para operacionalizar as atividades e promover a integração entre todos os setores do Sistema de Controle Interno da ALESC;

II - articular-se com os demais Poderes, o Tribunal de Contas e o Ministério Público de Santa Catarina, no sentido de uniformizar a interpretação das normas e procedimentos relacionados à integração dos Sistemas de Controle Interno, mediante termos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres;

III - elaborar o Planejamento Anual de Atividades da Controladoria-Geral e submetê-lo à aprovação do Presidente da Assembleia Legislativa;

IV - avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;

V - realizar inspeções para verificar a legalidade e a legitimidade dos atos administrativos e avaliar os resultados;

VI - analisar e emitir parecer sobre o relatório de gestão fiscal, em conjunto com o Gabinete da Presidência e com os demais setores responsáveis pela administração financeira;

VII - analisar a documentação que, por previsão legal, exija a emissão de parecer do Controle Interno, quando remetida ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

VIII - fiscalizar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, avaliando os resultados quanto à eficácia, eficiência e economicidade;

IX - avaliar e recomendar ações para o aperfeiçoamento do controle interno nos setores da ALESC;

X - acompanhar a folha de pagamento, o limite com gasto de pessoal, a execução dos contratos e emitir pareceres quanto às ocorrências no âmbito da ALESC que acarretem danos ao erário;

XI - dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber, relativas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, velando por seu integral deslinde;

XII - recomendar a instauração de processo administrativo disciplinar e de sindicância e acompanhar os respectivos trabalhos;

XIII - acompanhar os prazos e emitir certificados pela regularidade ou irregularidade dos procedimentos de tomada de contas especial;

XIV - alertar formalmente o Presidente da ALESC, sempre que tomar conhecimento da ausência de prestação de contas ou quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou ainda se caracterizada a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário, nos termos da legislação vigente;

XV - propor medidas legislativas ou administrativas e sugerir ações necessárias para o fortalecimento de políticas de integridade, controle, transparência, desempenho e assuntos correlatos;

XVI - assessorar o trabalho de comissão competente, para fins de cumprimento das ações de fiscalização previstas no inciso XI do art. 40 da Constituição do Estado;

XVII - analisar documentos que envolvam assuntos contábeis, financeiros e orçamentários, quando necessário e solicitado;

XVIII - dirigir os trabalhos de auditoria da ALESC, quando necessário e solicitado;

XIX - subsidiar e coordenar as atividades para o desenvolvimento do Sistema de Controle Interno; e

XX - exercer outras atribuições previstas na legislação.

§ 5º Todos os setores da ALESC fornecerão, no prazo de 5 (cinco) dias, documentos, registros, livros, processos e informações, bem como acesso a sistemas informatizados necessários ao desenvolvimento das atribuições da Controladoria-Geral, quando por ela requisitados, inclusive franqueando visita a todas as áreas, e atendendo às seguintes premissas:

I - o agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Controladoria-Geral no desempenho de suas funções institucionais ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal; e

II - o servidor ou colaborador que exercer funções relacionadas à Controladoria-Geral deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas atribuições, sujeitando-se à responsabilização administrativa, civil e penal em decorrência de sua violação.

Art. 10-C. O Sistema de Controle Interno compreende o plano de organização, métodos e medidas adotados pelos setores da ALESC para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas estabelecidas, bem como verificar a exatidão e a finalidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, entende-se por Sistema de Controle Interno o conjunto de atividades de controle exercido no âmbito da ALESC, de forma integrada, compreendendo especialmente:

I - o controle exercido diretamente pelos níveis de Diretoria, Coordenadoria, Gerência e demais níveis com atribuição de gestão, objetivando o cumprimento dos programas, metas e orçamentos, bem como a observância à legislação que regula o exercício das atividades;

II - o controle, por todos os setores, da observância à legislação que regula o exercício das atividades, das rotinas e dos procedimentos internos;

III - o controle do uso e da guarda dos bens e direitos pertencentes à ALESC;

IV - o controle orçamentário e financeiro das receitas e despesas;

V - as políticas e diretrizes aprovadas e homologadas pela Mesa para o Sistema de Controle Interno da Assembleia Legislativa.

Art. 10-D. A Controladoria-Geral terá como titular o Controlador-Geral que, juntamente com Controlador-Geral Adjunto e Assessores Técnicos de Controle, será responsável pelo fiel cumprimento das atribuições previstas nos arts. 10-B e 10-C desta Resolução.

§ 1º Os cargos de Controlador-Geral e Controlador-Geral Adjunto devem ser ocupados por servidores integrantes dos quadros da Administração Pública estadual e titulares de cargos de provimento efetivo, ambos com formação superior, experiência ou comprovado conhecimento acerca de matéria orçamentária, financeira, contábil e de gestão.

§ 2º É vedada a nomeação ou designação para o exercício de cargos ou funções relacionados à Controladoria-Geral de pessoas que tenham sido nos últimos 5 (cinco) anos:

I - responsabilizadas por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelos Tribunais de Contas;

II - punidas por decisão em processo disciplinar, da qual não caiba recurso na esfera administrativa, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera do governo; ou

III - condenadas em processo judicial por prática de crime contra a Administração Pública, capitulado nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, ou por ato de improbidade administrativa previsto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 3º É vedado a todos os servidores integrantes da Controladoria-Geral:

I - a prática de quaisquer atos executórios ou de gestão que possam comprometer a sua isenção quando da avaliação dos procedimentos administrativos adotados pelos órgãos e entidades;

II - participar de comissão de tomada de contas especial; e

III - emitir parecer jurídico.

§ 4º O servidor integrante da Controladoria-Geral deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas atribuições, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal." (NR)

Art. 4º O art. 18 da Resolução nº 001, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18.

XIII - designar, em caráter inexcusável, servidores para compor comissões disciplinares ou de tomada de contas especial.

Parágrafo único. O Diretor-Geral, por ato próprio, poderá delegar, ao Diretor de Recursos Humanos, as atribuições referidas no inciso XI." (NR)

Art. 5º O art. 30 da Resolução nº 001, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30.

VIII - acompanhar os processos de compras e as licitações da ALESC." (NR)

Art. 6º O art. 44 da Resolução nº 001, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44.

IV - coordenar a elaboração da proposta de orçamento da ALESC e acompanhar sua execução, sugerindo o remanejamento e suplementação de verbas, quando necessário;

IX - supervisionar a administração contábil, orçamentária, financeira e o sistema interno de controle financeiro-contábil;

X - coordenar a elaboração da proposta das diretrizes orçamentárias e do plano plurianual da ALESC;

XI - prestar assessoria ao Presidente, à Mesa, às comissões e aos deputados em matérias de natureza contábil, financeira e orçamentária;

XII - promover a instauração, instrução e conclusão de processos de tomada de contas especiais, para posterior encaminhamento à Controladoria-Geral, para fins de certificação de regularidade/irregularidade das contas;

XIII - prestar contas e representar a ALESC junto ao Tribunal de Contas do Estado nas matérias legais sob sua atribuição;

XIV - participar da elaboração e assinar o Relatório de Gestão Fiscal previsto na Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e

XV - assistir o lançamento das despesas e a execução financeira e orçamentária dos gabinetes dos deputados.

Parágrafo único.

II - acompanhar a elaboração da proposta de orçamento da ALESC, bem como a sua execução junto à Coordenadoria de Execução Orçamentária, opinando sobre o remanejamento e suplementação de verbas, quando necessário;

VIII - auxiliar a Diretoria Financeira nas informações dos processos de tomada de contas especiais;

....." (NR)

Art. 7º O art. 47 da Resolução nº 001, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47.

VI - auxiliar a Diretoria Financeira nos processos de tomada de contas especiais." (NR)

Art. 8º O art. 48 da Resolução nº 001, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48.

II - controlar as despesas com gastos de combustíveis, diárias dos deputados e dos servidores, serviços gráficos e cópias reprográficas dos gabinetes dos deputados;

....." (NR)
Art. 9º O art. 48-A da Resolução nº 001, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48-A.

IV - auxiliar a Diretoria Financeira na elaboração da proposta orçamentária, bem como do plano plurianual da ALESC." (NR)

Art. 10. O art. 75 da Resolução nº 001, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 75. À Comissão de Acompanhamento das Contas Públicas, vinculada à Diretoria Financeira, compete, especialmente:

I - produzir os demonstrativos contábeis por meio eletrônico e documental destinado ao Tribunal de Contas do Estado; e

II - consolidar as informações relativas ao orçamento, contabilidade, pessoal e licitações e enviá-las ao Tribunal de Contas do Estado." (NR)

Art. 11. Ficam extintos:

I - os cargos de Procurador de Finanças e Procurador Adjunto de Finanças, referidos no art. 10 e no Anexo I da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, bem como as respectivas atribuições especificadas no Anexo IV-D da mesma Resolução;

II - a Comissão do Sistema de Controle Interno, do Grupo de Atividades de Comissão Legal, prevista no Anexo III-D da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006;

III - a Seção de Planejamento e Orçamento e a Seção de Tomada de Contas Especial, bem como a Assessoria Técnica-Administrativa - Análise e Supervisão de Contratos e a Assessoria Técnica-Administrativa - Secretaria e Apoio à Informática e as respectivas funções de confiança, estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 206, de 17 de outubro de 2007;

IV - a Assessoria Técnica-Administrativa - Médica e a respectiva função de confiança, vinculada à Coordenadoria de Saúde e Assistência; e

V - a Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio das Relações Institucionais e a respectiva função de confiança, vinculada à Secretaria Executiva de Relações Institucionais.

Art. 12. Ficam criados e acrescidos ao Anexo II-A da Resolução nº 002, de 2006:

I - 1 (um) cargo de Controlador-Geral, código PL/DAS, nível 8; e

II - 1 (um) cargo de Controlador-Geral Adjunto, código PL/DAS, nível 7.

Art. 13. Ficam criadas e acrescidas ao Anexo III-C da Resolução nº 002, de 2006, 5 (cinco) funções de confiança de Assessoria Técnica de Controle, código PL/FC, nível 6.

Parágrafo único. As funções de confiança referidas no *caput* deste artigo serão atribuídas, exclusivamente, a servidores titulares de cargo efetivo da ALESC com averbação de título de graduação ou pós-graduação nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis ou Ciências Econômicas.

Art. 14. O índice de vencimento dos cargos de provimento em comissão, Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, código PL/DAS-8, de que trata o Anexo II da Lei nº 13.669, 28 de dezembro de 2005, fica fixado em 59,6571 (cinquenta e nove inteiros e seis mil quinhentos e setenta e um décimos de milésimo).

Art. 15. O art. 20 da Resolução nº 002, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20.

I - para Chefe de Gabinete da Presidência, Diretor-Geral, Controlador-Geral, Controlador-Geral Adjunto, Secretário Parlamentar da Presidência (PL/DAS-7), Secretário Executivo de Relações Institucionais e Diretor, no valor equivalente a FC-7;

....." (NR)

Art. 16. Os Anexos I e II da Resolução nº 001, de 2006, passam a vigorar acrescidos da Controladoria-Geral, vinculada à Mesa, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 17. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento da ALESC.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

19. Ficam revogados:

I - o item 2 da alínea "a" do inciso II do art. 2º; a Subseção II e respectivo art. 9º do Capítulo II do Título II; os incisos VII, XI e XIII do art. 40; os incisos II, III e V do art. 47; o inciso I do art. 48; e a Seção V e respectivo art. 71 do Capítulo I do Título IV, todos da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015; e

II - o inciso III do § 1º do art. 24 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de janeiro de 2016.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

*** X X X ***